

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E  
ECONOMIA - FACE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELISANGELA APARECIDA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NOS ESTOQUES EM  
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RAMO CALÇADISTA NO  
CENTRO COMERCIAL DA CIDADE DE DOURADOS-MS**

Dourados/MS

2013

ELISANGELA APARECIDA GOMES

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NOS ESTOQUES EM  
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RAMO CALÇADISTA NO  
CENTRO COMERCIAL DA CIDADE DE DOURADOS-MS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Federal da Grande Dourados-  
UFGD, como requisito parcial para a obtenção  
do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Me. Prof<sup>ª</sup> Maria Aparecida Farias  
de Souza Nogueira

Dourados/MS  
2013

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus pela vida e por todas as bênçãos ao longo de minha vida.*

*À minha mãe Marlene e ao meu saudoso pai Alci, por terem me colocado no caminho da retidão.*

*A todos meus irmãos por terem sempre me incentivado, e especialmente ao meu querido esposo, Valdenir por ter-me apoiado e tido paciência todo este tempo e ao meu filho Fernando, razão da minha vida.*

*Aos colegas que fizeram parte desta caminhada e sempre compartilharam suas experiências.*

*À professora Maria Aparecida Farias de Nogueira que idealizou e me orientou durante toda a realização deste trabalho, pelo apoio, pela orientação e pela paciência que demonstrou todo o tempo.*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a importância do Controle Interno nos Estoques em micro e pequenas empresas do ramo calçadista na cidade de Dourados-MS. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, quanto ao objetivo, pois tem como finalidade de proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; quanto aos procedimentos esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de levantamento ou *survey*; também se caracteriza quanto à abordagem do problema como qualitativa e quantitativa. Para alcançar tal objetivo utilizou-se de questionários contendo perguntas abertas e fechadas, num total de 27 questões, tendo sido este adaptado de Sá (2007), como sugestão para auditoria de controle interno para estoques. A pesquisa foi realizada sob a forma de acessibilidade de informações junto às empresas do ramo calçadista com localização no centro comercial da cidade de Dourados-MS. Pela análise dos dados constatou-se que a prática nas empresas não está totalmente de acordo com o que a teoria afirma ser um correto controle de estoques.

**Palavras-Chave:** Controles de estoques. Dourados. Empresas. Auditoria Interna.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gênero do respondente.....	26
Tabela 2: Cargo que ocupa o respondente .....	27
Tabela 3: Escolaridade do respondente.....	27
Tabela 4: Tipo de Empresa .....	27
Tabela 5: Existe uma seção ou departamento responsável pelo estoque .....	28
(almoxarifado)?.....	28
Tabela 6: Existe um responsável pelo almoxarifado?.....	28
Tabela 7: Existência de registros permanentes dos saldos de estoques de mercadorias..	28
Tabela 8: O almoxarifado mantém fichas de estoque e de valores? São informatizados	29
os registros?.....	
Tabela 9: Todos os produtos comprados passam pelo almoxarifado?.....	29
Tabela 10: Quem registra o controle de estoque é subordinado ao almoxarife?.....	29
Tabela 11: Existem inspetores de estoque?.....	29
Tabela 12: As diferenças de estoques são relacionadas?.....	30
Tabela 13: As devoluções são controladas?.....	30
Tabela 14: Os materiais obsoletos e inadequados são relacionados?.....	30
Tabela 15: Percebeu alguma possibilidade de desvio dos estoques? .....	31
Tabela 16: Existem materiais sem movimento a mais de um ano? .....	31

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	06
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....	06
1.2 OBJETIVOS .....	07
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	07
1.2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	07
1.3 JUSTIFICATIVA .....	07
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	09
2.1 CONTABILIDADE .....	09
2.2 CONCEITO,DEFINIÇÃO E ORIGEM DA AUDITORIA .....	10
2.2.1 AUDITORIA INTERNA E EXTERNA .....	11
2.3 CONTROLE.....	12
2.3.1 CONTROLE INTERNO .....	13
2.3.2 TIPOS DE CONTROLE .....	14
2.3.3 CARACTERÍSTICAS DE UM EFICIENTE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	15
2.3.4 FINALIDADE E AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO .....	16
2.3.5 LIMITAÇÕES NOS CONTROLES INTERNOS.....	16
2.3.6 AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO.....	17
2.4 ESTOQUE .....	17
2.4.1 INVENTÁRIOS .....	18
2.5 MICROEMPRESA.....	20
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	22
3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS .....	22
3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	23
3.3 QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA .....	24
3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	24
3.5 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID.ANÁLISE .....	24
3.6 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	25
3.7 TÉCNICAS DE ANÁLISES DE DADOS.....	25
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	26
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	32
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>APÊNDICE</b> .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a importância do controle interno nos estoques em micro e pequenas empresas do ramo calçadista no centro comercial da cidade de Dourados-MS, tendo em vista que, segundo pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2004), as pequenas e as microempresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no Brasil.

Os estoques são considerados como o ativo mais importante do capital circulante das empresas (Iudícibus *et al*, 2010) e, de acordo com pesquisa publicada pelo Sebrae (2004) sobre a sobrevivência das empresas, a qual mostra que uma das causas de mortalidade é a má gestão empresarial, se encontra a falta de controles eficientes dos estoques.

O trabalho estruturou-se por meio de capítulos.

O primeiro capítulo trata da introdução, definição do problema, os objetivos e a justificativa.

No segundo capítulo é feita a fundamentação teórica onde se escreve sobre a contabilidade, auditoria, controle interno e microempresa para contextualização da pesquisa.

E no terceiro capítulo é descrita a metodologia utilizada no trabalho.

No quarto capítulo, são conhecidos os dados da elaboração da pesquisa, bem como a análise efetuada para obtenção da resposta do problema proposto.

E por último é feita a conclusão.

### 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os estoques são um dos mais importantes componentes de uma empresa, visto que sua comercialização é que traz resultados para a empresa. Assim, o empresário deve identificar a necessidade de controlar estes estoques, já que é uma área de risco e sujeita às fraudes (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

No caso de companhias industriais e comerciais, os estoques representam um dos ativos mais importantes do capital circulante e da posição financeira, de forma que sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do lucro líquido do exercício (IUDÍCIBUS *et al*, 2010, p.72).

Diante do exposto, formulou-se a seguinte questão como problema desta pesquisa:

Como as micro e pequenas empresas do ramo calçadista situadas no centro comercial da cidade de Dourados-MS efetuam o controle interno dos seus estoques?

## 1.2 OBJETIVOS

Beuren (2010, p. 65) declara que “os objetivos indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa. Normalmente, constituem-se em ações propostas para responder a questão que representa o problema”.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como é realizado o controle interno nos estoques em micro e pequenas empresas do ramo calçadista na cidade de Dourados-MS situadas no centro comercial.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, formularam-se os seguintes objetivos específicos:

- Investigar se as micro e pequenas empresas situadas no centro comercial de Dourados, efetuam o controle interno de seus estoques
- Analisar como é realizado o controle interno em empresas do seguimento de calçados situadas no centro comercial de Dourados;
- Analisar os dados colhidos para verificar se os mesmos respondem ao problema da pesquisa.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Em 1984 a Lei nº 7.256/84, regulamentada pelo Decreto nº 90.880/85 criou a categoria de microempresa. Essa lei estabelecia para a microempresa um tratamento privilegiado como forma de reconhecer e afirmar a importância dessa categoria de empresa para o desenvolvimento nacional.

A Lei nº 9.317/96, que aprovou o Simples, trouxe benefícios à microempresa no que diz respeito à tributação, pois reduziu a carga tributária federal, simplificou a forma de

recolhimento destes tributos, a declaração de ajuste anual e a escrituração fiscal das empresas enquadradas neste sistema.

A relevância deste trabalho se deve ao fato de que as micro e pequenas empresas e os Microempreendedores Individuais (MEI) representam mais de 99% dos 1,2 milhão de empreendimentos formais que são criados por ano no Brasil (SEBRAE, 2011); sendo assim empregam a maior parte da mão de obra ativa. Diante dessas informações, tem-se que as micro e pequenas empresas representam grande importância no desenvolvimento econômico do país.

Todos os dias diversas empresas são criadas no Brasil mas nem todas vão sobreviver e fecharão suas portas com poucos anos de atividade. Existem vários fatores que levam as empresas à mortalidade, dentre eles está a má gestão empresarial onde se encontra a falta de controles eficientes dos estoques, tendo em vista que nem sempre essas empresas tem funcionários para desempenhar tal função, onde uma mesma pessoa desempenha várias funções ao mesmo tempo. Os estoques representam um dos mais importantes ativos do capital circulante das empresas, pois reflete diretamente no resultado do exercício através do CMV (custo da mercadoria vendida) (IUDÍCIBUS et al, 2010).

Vaz e Gomes (2011, p. 02) ressaltam que “é notável que a forma como é gerido os estoques em uma micro ou média empresa tem grande relevância e pode trazer consequências terríveis se for mal administrado”.

Assim, justifica-se a presente pesquisa, pelo fato de investigar como as empresas do setor calçadista do centro comercial de Dourados efetuam o controle de seus estoques.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Beuren (2010, p. 56) afirma que “pela leitura do material bibliográfico é preciso definir a linha teórica que coaduna com os pontos de vista do pesquisador” e ressalta que “é preciso proceder à adequação do marco teórico referencial ao esclarecimento dos fatos que a pesquisa se propõe esclarecer”.

Dessa forma, procedeu-se uma revisão bibliográfica a fim de dar suporte à resolução das questões e objetivos propostos. Primeiramente, será apresentado o conceito de contabilidade, auditoria e as diferenças entre auditoria interna e externa. Em seguida será tratado o conceito de controle e controle interno, tipos de controle, características de um eficiente sistema de controle interno, finalidades e avaliação do controle interno e limitações do controle interno. Finalizando, discutir-se-á sobre os estoques e microempresa.

### 2.1 CONTABILIDADE

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões (MARION, 2010).

A contabilidade tem a finalidade precípua de promover os meios informativos e de controle com o intuito de coletar todos os dados ocorridos na empresa e que tenham, ou possam ter, impactos e causar variações em sua posição patrimonial. A contabilidade é o instrumento de medição e avaliação do patrimônio e dos resultados auferidos pela gestão da Administração da entidade (ATTIE, 2010, p. 4).

O governo utiliza-se da Contabilidade para arrecadar impostos e assim a tornou obrigatória para a maioria das empresas; entretanto, a função mais importante da Contabilidade é auxiliar as pessoas a tomarem decisões e não como ferramenta para arrecadar impostos (MARION, 2010).

Para Franco e Marra (2009, p. 25)

Contabilidade é a ciência – ou, segundo alguns, a técnica – destinada a estudar e controlar o patrimônio das entidades do ponto de vista econômico e financeiro, observando seus aspectos quantitativo e qualitativo e as variações por ele sofridas, com o objetivo de fornecer informações sobre o estado patrimonial e suas variações em determinado período.

A esse respeito Franco e Marra (2009, p. 25) escrevem que “o objeto da contabilidade é o patrimônio administrável sobre o qual ela fornece as informações necessárias à avaliação da riqueza e dos resultados produzidos por sua gestão”.

Na sequência, será abordado sobre a auditoria e a sua importância perante o patrimônio contábil.

## 2.2 CONCEITO, DEFINIÇÃO E ORIGEM DA AUDITORIA

Auditoria é um termo que se dá à técnica pela qual são realizados exames dos registros e das demonstrações contábeis para se verificar a autenticidade das mesmas (CREPALDI, 2009).

Segundo Attie (2010, p. 5), “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

Para Crepaldi (2009, p. 3), auditoria pode ser definida como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”.

Já Sá (2007, p. 25) define auditoria como:

... uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azindal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Franco e Marra definem (2009, p. 28) como sendo:

A técnica contábil que, através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade- objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

A auditoria surgiu da necessidade de comprovação da autenticidade das demonstrações financeiras quando do aparecimento de grandes empresas e do imposto de

renda, uma vez que a fazenda pública queria ter a certeza da exatidão dessas demonstrações para fim de recebimento deste imposto e para proteger os investidores que tinham parte do capital destas grandes empresas. Surgiu na Inglaterra, que possuía grandes companhias de comércio e também praticava a taxaço sobre a renda (FRANCO; MARRA, 2009).

...o objeto de trabalho da auditoria contábil consiste no exame do conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e legitimidade dos atos e fatos da administração (GELATTI et al, 2007).

### **2.2.1 Auditoria Interna e Externa**

Quanto à forma de intervenção classifica-se a auditoria em interna e externa. Auditoria interna é a tarefa de inspeção dos controles internos para verificar se os mesmos são realizados em conformidade com a política da entidade de forma a prestar serviço à administração.

Segundo a resolução do CFC nº 986 de 2003, item 12.1.3 a auditoria interna:

...compreende os exames, análises avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação eficácia, eficiência e economicidade dos processos dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir a administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

Para Crepaldi (2009) auditoria interna é a que tem por objetivo examinar se os controles internos são feitos de forma íntegra, adequada e eficaz na entidade.

Auditoria externa é uma investigação que o profissional auditor independente faz em entidade alheia, para emitir parecer de que todos os procedimentos contábeis e financeiros estão ou não de acordo com as normas aplicadas à contabilidade.

O CFC conceitua a auditoria externa como sendo:

...conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, à legislação específica. (Resolução nº 953 de 2003, item 11.1.1.1)

Pode-se demonstrar as diferenças entre auditor interno e auditor externo no Quadro nº 01:

<b>AUDITOR INTERNO</b>	<b>AUDITOR EXTERNO</b>
- É empregado da empresa auditada;	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Executa auditoria contábil e operacional;	- Executa apenas auditoria contábil;
Os principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• verificar se as normas internas estão sendo seguidas;</li> <li>• verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes;</li> <li>• verificar a necessidade de novas normas internas;</li> <li>• efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis;</li> </ul>	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria).	- Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

**Quadro 1-** Principais Diferenças Entre o Auditor Interno e o Auditor Externo

**Fonte:** Almeida (2008, p. 6)

Assim, o próximo tópico abordado versará sobre os controles, como um item essencial dentro da auditoria interna e da gestão administrativa.

### 2.3 CONTROLE

Segundo Atkinson (2008, p. 581) “controle é o conjunto de métodos e ferramentas que os membros da empresa usam para mantê-la na trajetória para alcançar seus objetivos”.

Para Silva (2006, p. 97) “controle é o processo administrativo que consiste em verificar se tudo está sendo feito de acordo com o que foi planejado e as ordens dadas, bem como assinalar as faltas e os erros, a fim de repará-los e evitar sua repetição”.

Já Maximiano (2004, p.190) entende que “controle é o processo de produzir e usar informações para tomar decisões, sobre a execução de atividades e sobre objetivos”.

Também pode ser conceituado de acordo com Equipe de Professores da FEA/USP (2006, p. 24) “como um processo pelo qual a alta administração se certifica, na medida do

possível, de que a organização está agindo em conformidade com os planos e políticas traçados pelos donos de capital e pela própria alta administração”.

Portanto, na visão dos autores presume-se que o controle é uma ferramenta essencial para ajudar a administração da empresa a chegar a seus objetivos.

### **2.3.1 Controle Interno**

Se tomarmos em conta a evidente falibilidade humana, impõe-se a introdução de sistemas de controle adaptados às diferentes situações de problemática social (COLELLA, 1986).

A partir do momento da grandeza das empresas, sua descentralização e diversificação das atividades, a existência de controles internos passa a se tornar fundamental para os negócios realizados, uma vez que as empresas passam de uma estrutura familiar para uma estrutura complexa de pessoas e atividades (ATTIE, 2010, p. 243).

Controle interno é a averiguação dos procedimentos administrativos e contábeis para saber se os mesmos estão de acordo com as normas da entidade e dos Princípios e Normas da Contabilidade (FRANCO; MARRA, 2009).

Segundo Crepaldi (2009, p. 349), “quando se examinam os controles internos de uma empresa, está-se analisando a ‘organização dos controles’ e também a ‘execução’ deles”.

Para Franco e Marra (2009, p. 267) controles internos são conceituados como:

... todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio.

Almeida (2010, p. 42) define como sendo “o conjunto de procedimentos métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios”.

O controle interno tem que fazer parte dos processos administrativos e contábeis, para garantir que o objetivo dos trabalhos estejam sendo cumpridos. Existem setores que estão mais sujeitos à irregularidades nas entidades, tais como, compras, vendas, contas a pagar e receber, folha de pagamento, estoque de mercadorias e financeiro, os controles buscam identificar e prevenir essas irregularidades (SÁ, 2007).

Franco e Marra (2009), afirmam que a contabilidade é o principal meio de controle que uma administração pode ter.

Para Crepaldi (2009, p. 359):

A função da contabilidade como instrumento de controle administrativo é atualmente reconhecida por todos. Um sistema de contabilidade que não esteja apoiado em um eficiente controle interno é, até certo ponto, inútil, uma vez que não é possível confiar nas informações do seu relatório.

Assim tem-se, baseado nos conceitos apresentados pelos autores que, para um bom funcionamento dos processos administrativos e contábeis é preciso um sistema de controle interno eficaz e que atenda as necessidades particulares de cada entidade.

Attie (2010, p. 155) ressalta os objetivos do controle interno:

- a salvaguarda dos interesses da empresa;
- a precisão e a confiabilidade dos enfoques e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- o estímulo à eficiência operacional; e
- a aderência às políticas existentes.

### 2.3.2 Tipos de Controles

Os controles estão divididos em dois grupos: os administrativos e os contábeis; os administrativos dizem respeito aos processos administrativos operacionais da entidade, fiscalização e vigilância dessas atividades operacionais (CREPALDI, 2009).

Na visão de Crepaldi (2009, p. 357) os controles administrativos compreendem o “...plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa bem como a seus registros financeiros”

Ainda segundo Crepaldi (2009, p. 357) os controles compreendem:

- Normas salutaras, que observam práticas saudáveis aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções;
- Pessoal qualificado, que esteja apto a desenvolver suas atividades bem instruído por seus responsáveis.

Já para Sá (2007, p.106) “os controles contábeis se relacionam diretamente com a rotina contábil, patrimônio, registros e demonstrações”.

A respeito dos controles contábeis Crepaldi (2009, p. 357) escreve “compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para salvaguardar o patrimônio e a propriedade dos itens que o compõem.

Ainda segundo o mesmo autor são compreendidos por:

- Segregação de funções: cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
- Sistema de autorização: controla as operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos;
- Sistema de registro: compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um Plano de Contas que facilita o registro e preparação das demonstrações contábeis, e a utilização de um manual descritivo para o uso das contas (CREPALDI, 2009, p. 357).

### **2.3.3 Características de um Eficiente Sistema de Controle Interno**

De acordo com Crepaldi (2009, p. 378-379) e Attie (2010, p. 153) um sistema de controles internos para ser eficiente deve conter as seguintes características:

- a) Plano de organização que proporcione apropriada segregação de funções e correta divisão das responsabilidades funcionais.
- b) Observação de práticas salutaras no cumprimento dos deveres e funções de cada um dos departamentos da organização.
- c) Sistema de autorização e procedimentos de escrituração adequados, que proporcionem controle eficiente sobre o ativo, passivo, receitas, custos e despesas.
- d) Pessoal com adequada qualificação técnica e profissional, para execução de suas atribuições.

Os elementos básicos que contribuem e identificam um bom sistema de controle interno são (COLELLA, 1986, p. 5):

- políticas e procedimentos claramente determinados que levam em conta as funções de todos os setores da organização;
- um organograma adequado onde a linha de autoridade e consequente responsabilidade sejam definidas entre os diversos departamentos, chefes, encarregados de setores, tendo-se em conta a necessária segregação de funções;
- empregados com um grau de qualificação e habilidade para o cargo que ocupam;
- a certeza de que as normas estabelecidas estão sendo bem executadas.

Dessa forma tem-se que segregação de funções é uma das mais importantes características do controle interno, pois compreende a não acumulação de várias atividades que possam ser passíveis de fraude.

### **2.3.4 Finalidade e Avaliação do Controle Interno**

A finalidade dos controles internos é ajudar a administração a obter os resultados esperados, por meio de vigilância, fiscalização e averiguação dos procedimentos gerenciais (SÁ, 2007).

Para Sá (2007, p.110) a avaliação dos controles envolve:

- a) Levantamentos preliminares.
- b) Ponderação dos fatores e princípios do controle interno.
- c) Levantamento dos dados básicos para aferição de rotinas e funções.
- d) Planejamento da análise do controle.
- e) Avaliação.
- f) Pesquisas sobre erros que escapam ao controle (riscos inerentes).

De acordo com Almeida (2010, p. 52-53) a avaliação do sistema de controle interno compreende:

- determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer;
- verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades;
- analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria;
- emitir relatório-comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

### **2.3.5 Limitações nos Controles Internos**

Crepaldi (2009) e Almeida (2010) concordam que as limitações do controle interno são em relação a:

- conluio de funcionários na apropriação de bens da empresa;
- instrução inadequada dos funcionários com relação às normas internas;
- negligência dos funcionários na execução de suas tarefas diárias (CREPALDI, 2009, p. 366; ALMEIDA, 2010, p. 50).

Também é possível que haja falhas resultantes de mau entendimento das funções, erros de juízo, descuidos ou outros fatores humanos, como a conivência de determinados funcionários para burlar os procedimentos de controle. Dessa forma os procedimentos de controle podem mostrar-se ineficazes em face desses erros e irregularidades que possam acontecer. O custo do sistema de controle interno não deve ultrapassar seus benefícios, o que é levado em conta para conceituá-lo como proporcionante de razoável certeza da consecução de seus objetivos. Se identificado no sistema de controle interno, aspectos passíveis de melhoria o auditor pode emitir uma carta-comentário (CREPALDI, 2009).

Sá (2007) afirma que o custo dos controles também pode ser um fator limitante para a sua prática:

... existem controles cujo custo é maior do que a perda que sua ausência pode causar. Neste caso, os empresários abandonam a burocracia e aceitam uma “margem de perda”, que repassam ao preço. São exemplos os casos de furtos de miudezas em supermercados ou em lojas de varejo de muitos artigos (SÁ, 2007, p.128).

### **2.3.6 Avaliação do Controle Interno**

De acordo com Crepaldi (2009, p. 370) o processo de avaliação do controle interno consta de três etapas: “...o realce do sistema; a avaliação propriamente dita do sistema; a realização de testes de cumprimento de normas internas”.

De acordo com Sá (2007, p. 105) “modernamente o conceito de avaliação dos controles internos tem-se dilatado: além das preocupações com a ‘confiabilidade’ dos dados, acrescentou-se a da ‘qualidade’ dos mesmos”.

## **2.4 ESTOQUES**

Estoques compreendem o conjunto de recursos materiais em posse de uma entidade econômica. Representa um dos mais importantes ativos do capital circulante das indústrias e empresas comerciais (IUDÍCIBUS *et al*, 2010).

Dependendo da atividade econômica pode ter diferentes significados: em uma empresa comercial é o conjunto de mercadorias destinadas à venda; para uma empresa industrial é a

matéria-prima que passará por transformação; já para uma empresa de serviços consiste nos materiais à disposição para a prestação desses serviços (MARION, 2008).

As contas dos estoques variam de acordo com o tipo de empresa, mas de forma geral podem ser divididos nas seguintes categorias (IUDÍCIBUS *et al*, 2010, p. 75):

- Produtos acabados;
- Mercadorias para revenda;
- Produtos em elaboração;
- Matérias-primas;
- Materiais de acondicionamento e embalagem;
- Materiais auxiliares;
- Materiais de manutenção e suprimento gerais;
- Importações em andamento;
- Almojarifado.

Percebe-se assim que a área de estoques deve ser frequentemente controlada devido a sua importância. O controle interno sobre os estoques compreende controles contábeis e físicos (CREPALDI, 2009, p. 524).

Ainda segundo o mesmo autor:

O bom controle contábil sobre estoques revela-se por meio de um sistema em que as tarefas de empregados sejam segregadas, de modo a não permitir que os encarregados de controlar os estoques sejam os mesmos responsáveis pelo faturamento de vendas ou lançamentos de compras. O sistema contábil deve ser projetado de maneira tal, que o fluxo de dados contábeis se faça paralelamente ao fluxo físico do estoque (CREPALDI, 2010, p. 524).

Uma das formas de controle utilizada com relação ao estoque são os inventários, conceituado na sequência.

#### **2.4.1 Inventários**

Inventário é a contagem física dos estoques para fins de verificação da existência dos mesmos, não só dos estoques, mas também do Imobilizado e de tantos quantos se verifique a necessidade de comprovação da existência física. É classificado como inventário permanente e inventário periódico (MARION, 2008).

O inventário periódico é utilizado em empresas que não utilizam o inventário permanente sendo levantado no fim de cada período contábil; para se chegar ao valor e quantidades dos estoques é preciso fazer um levantamento, uma contagem (MARION, 2008).

O inventário permanente é um sistema de inventário que permite a obtenção de informações sobre os valores dos estoques e o custo das mercadorias vendidas a qualquer tempo: é uma forma de controle permanente. Esse controle é feito por meio de fichas individuais para cada item do estoque e inventário que contém a movimentação, quantidade, valor unitário e total (MARION, 2008).

FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUES									
PARAFUSO									
MATERIAL									
DATA	ENTRADA			SAÍDA			SALDO		
	Quant.	Valor		Quant.	Valor		Quant.	Valor	
		Unit.	Total		Unit.	Total		Unit.	Total
01/jan	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00				10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
02/jan	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00	-	-	-	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
							20		R\$ 250,00
03/jan	-	-	-	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00
							10	R\$ 15,00	R\$ 150,00
							15		R\$ 200,00
Resul.	20		R\$ 150,00	5		R\$ 50,00	15		R\$ 200,00

**Figura 1-** Ficha de controle de estoque

**Fonte:** Adaptado de Marion (2008)

Verifica-se que o inventário permanente é mais vantajoso, visto que se tem à disposição as informações sobre o estoque a qualquer tempo, já que o inventário periódico não permite ao usuário levantar a informação a qualquer momento, pois essa informação não existe; é necessário para seu conhecimento proceder a um levantamento e contagem física dos estoques.

Para se atingir os objetivos de pesquisa sobre o tema proposto, necessário se faz conceituar a seguir sobre a microempresa.

## 2.5 MICROEMPRESA

De acordo com pesquisa publicada pelo Sebrae em 2011, no Brasil são criados anualmente mais de 1,2 milhão de novos empreendimentos formais. Desse total, mais de 99% são consideradas micro e pequenas empresas e Empreendedores Individuais (EI).

Ainda segundo a mesma pesquisa, as micro e pequenas empresas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada. Segundo Dolabela (1999, p.32 *apud* Vaz; Gomes, 2011) “a nova organização da produção no mundo coloca a pequena e a média empresa em seu centro. Elas são responsáveis pelas taxas crescentes de emprego, de inovação tecnológica, de participação no PIB, de exportação”.

Micro empresa pode ser definida de acordo com o critério de receita bruta anual segundo o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006) e o Simples (Lei nº 11.196/2005) também pelo nº de empregados, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e o Sebrae. Define-se microempresa:

- quanto à receita bruta - é aquela que tem receita bruta anual de até R\$ 360.000,00;
- quanto ao nº de funcionários, no comércio e serviço - tem até 09 funcionários, na indústria e construção tem até 19 funcionários.

Ressalta-se com pesquisa do Sebrae publicada em 2011, que a sobrevivência destes empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país. E todos os estudos no Brasil e no mundo mostram que os dois primeiros anos de atividade de uma nova empresa são os mais difíceis o que torna esse período o mais importante em termos de monitoramento da sobrevivência.

Pesquisa divulgada pelo Sebrae/MS mostra que a taxa de sobrevivência das empresas constituídas em 2005 era de 65,4%.

Um estudo do Sebrae/SP (2004) cita os fatores contribuintes para a sobrevivência dos negócios:

- Maior experiência na atividade;
- Aperfeiçoamento dos Produtos/Serviços;
- Dedicção exclusiva ao negócio;
- Optam pelo Simples;
- Obter empréstimos para MPE's;

- Conhecimento prévio dos clientes;
- Conhecimento prévio dos aspectos legais;
- Conhecimento prévio dos fornecedores.

O mesmo estudo do Sebrae/SP (2004) traz como fatores determinantes da mortalidade de empresas:

- Deficiências no planejamento antes da abertura do negócio;
- Deficiências na gestão empresarial, após a abertura do negócio;
- Políticas insuficientes de apoio às empresas;
- Conjuntura econômica deprimida (baixo consumo e elevada concorrência);
- Problemas pessoais dos sócios-proprietários.

A Lei nº 9.317/96 que aprovou o Simples traz um tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas no que diz respeito à tributação (essa Lei foi substituída pela Lei nº 123/2006, mas continua a dar às micro e pequenas empresas o mesmo tratamento diferenciado), reduziu a carga tributária federal e simplificou a forma de recolhimento destes tributos, a declaração de ajuste anual e a escrituração fiscal das empresas enquadradas neste sistema.

Cabe ressaltar que a adesão é opcional às empresas e também que existem restrições para que a empresa opte pelo Simples. O fato de a empresa ser classificada como microempresa, segundo os critérios de receita bruta anual e nº de empregados, não garante a empresa o direito a aderir ao Simples Nacional, existem vedações na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com Andrade (2009, p.111) “pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos” e complementa dizendo que “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

Na visão de Baruffi (2004, p. 54).

O método se faz acompanhar da técnica, que é o suporte físico, caracterizado pelos instrumentos que auxiliam para que se possa chegar a um determinado resultado. São exemplos de técnica: a observação, a entrevista, o questionário, o formulário, o teste, a história de vida e a pesquisa de mercado.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 65) “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos” e ressaltam que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Tendo em vista a falta de consenso entre os autores no que se refere à tipologia de delineamentos de pesquisas utiliza-se as tipologias que se acredita ter maior aplicabilidade nas Ciências Contábeis, a saber: pesquisa quanto aos objetivos; pesquisa quanto aos procedimentos e a pesquisa quanto à abordagem do problema (BEUREN, 2010).

#### 3.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre determinado assunto (ANDRADE, 2010, p.114).

Gil (1999 *apud* Beuren, 2010 p.80) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato.

Beuren (2010, p. 80) escreve que “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de forma satisfatória anteriormente”.

Portanto esta pesquisa é exploratória, pois não foi constatado nenhum estudo que abordasse o problema em questão na cidade de Dourados.

### 3.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Quanto aos procedimentos esta pesquisa será caracterizada como bibliográfica e levantamento ou *survey*. De acordo com Baruffi (2004, p. 59) “a pesquisa bibliográfica é aquela pesquisa que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” e ressalta ainda que “a finalidade da pesquisa bibliográfica é a de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (BARUFFI, 2004, p. 60).

Beuren (2010, p. 89) acrescenta que “a pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente das contribuições de vários autores sobre determinada temática de estudo”.

Segundo Gil (1999, p. 70 *apud* Beuren, 2010, p. 85) as pesquisas de levantamento

... se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Os dados referentes ao tipo de pesquisa de levantamento ou *survey* podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo que se deseja conhecer (BEUREN, 2010, p. 85).

Nesta pesquisa bibliográfica utilizou-se de livros, artigos e informativos periódicos para ser possível investigar o problema objeto de pesquisa.

Para realizar o levantamento dos dados fez-se uso de questionário. Marconi e Lakatos (2010, p. 184) definem questionário como sendo

... um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o de mesmo modo.

Na visão de Andrade (2010, p. 136) “para elaborar as perguntas de um questionário é indispensável levar em conta que o informante não poderá contar com explicações adicionais do pesquisador. Por esse motivo, as perguntas devem ser muito claras e objetivas”.

### 3.3 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Também se caracteriza quanto à abordagem do problema como qualitativa e quantitativa. Segundo Beuren (2010, p.94) “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados”.

Já Richardson (1999, p.70 apud Beuren, 2010, p. 92) escreve que a abordagem quantitativa

... caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coletas de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

A respeito da pesquisa qualitativa Richardson (1999, p. 80 apud Beuren, 2010, p. 91) escreve que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Beuren (2010, p. 92) destaca que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

### 3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada sob a forma de acessibilidade junto às empresas que desejaram participar da pesquisa.

### 3.5 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE

Fizeram parte do universo da pesquisa as empresas do ramo de calçados situadas no centro comercial da cidade de Dourados que se localizam no centro comercial. Para fins deste trabalho considera-se como centro comercial o quadrante compreendido entre a Avenida Marcelino Pires e Avenida Weimar Gonçalves Torres entre as ruas Hilda Bergo Duarte e

João Rosa Góes (Figura 1). Destes, os mesmos foram convidados a participarem da pesquisa, que foi realizada no 1º semestre de 2013.



Fig. 1: Espaço amostral da pesquisa  
Fonte: *Google maps* (2013)

### 3.6 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Foi utilizado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, num total de 27 questões, tendo sido este adaptado de Sá (2007), como sugestão para auditoria de controle interno para estoques.

### 3.7 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta de dados, as respostas foram tabuladas utilizando-se o programa *Microsoft excell* para se medir as frequências e percentuais de respostas fechadas e procedeu-se a análise quali-quantitativa dos mesmos.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O município brasileiro de Dourados localiza-se na região Centro-Oeste, no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo sido fundada em 20 de dezembro de 1935, pelo então Governador do Estado, Sr. Mário Corrêa da Costa. Nos anos 1990, além do crescimento da agropecuária, o desenvolvimento comercial e de serviços na zona urbana foi decisivo para que Dourados se consolidasse como polo regional, de serviços e agropecuário, além de exercer o papel de município polo do cone sul do Estado. Possui uma localização estratégica, tanto em termos regionais como em relação aos grandes mercados consumidores nacionais e internacionais, sobretudo no que se refere aos países do MERCOSUL. Dourados é a maior cidade do interior de Mato Grosso do Sul. O potencial econômico mais promissor do município encontra-se centrado na atividade agropecuária e agro-industrial.

Fatores favoráveis como relevo, solo especialmente fértil, clima e hidrografia, aliados ao espírito empreendedor dos empresários locais, além do elevado nível tecnológico empregado na atividade agropecuária, têm garantido a Dourados a posição de principal produtor de grãos do Estado. Em situação de destaque encontra-se também a pecuária que se diferencia pela adoção em larga escala de práticas inovadoras (História de Dourados MS, p. 3 e 4). De acordo com dados da Junta Comercial de Mato Grosso do Sul (JUCEMS), o município de Dourados contava com 613 empresas ativas registradas com atividade de comércio varejista de calçados, em 22 de janeiro de 2013.

Foram enviados 15 (quinze) questionários e obtidos 10 (dez) respondidos. Os resultados estão apresentados nas tabelas e explicações seguintes, o que configura 66% do universo amostral.

O primeiro item a ser analisado diz respeito ao perfil do respondente.

Quanto ao gênero, 60% são do sexo masculino e 40% são do sexo feminino, o que ainda demonstra que a maioria dos ocupantes dos cargos de chefia das empresas investigadas é do sexo masculino (Tabela 1).

**Tabela 1- Gênero do Respondente**

<b>Gênero</b>	<b>Percentual</b>
Masculino	60%
Feminino	40%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Em relação ao cargo dos respondentes, a maioria, 80% eram gerentes enquanto que 20% se apresentaram como proprietário e vendedor (Tabela 2).

**Tabela 2- Cargo que ocupa o respondente**

<b>Cargo</b>	<b>Percentual</b>
Proprietário	10%
Gerente	80%
Vendedor	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Em relação à escolaridade, a maioria, 80%, detinha o 2º grau completo; apenas um dos participantes tinha um curso superior e este não tinha relação com o cargo de gerente que ocupava, visto que o curso de formação era na área de pedagogia (Tabela 3).

**Tabela 3- Escolaridade do respondente**

<b>Escolaridade</b>	<b>Percentual</b>
1º Grau	10%
2º Grau	80%
3º Grau	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Quanto ao porte da empresa a maioria, 70%, classificava-se como pequena empresa; apenas 30% eram compostas por micro empresas (Tabela 4).

**Tabela 4- Tipo de Empresa**

<b>Tipo</b>	<b>Percentual</b>
Micro	30%
Pequena Empresa	70%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Apenas 70% dos entrevistados afirmaram existir em seu estabelecimento uma seção ou departamento responsável pelo estoque (Tabela 5).

Demonstra-se com esse dado que a maioria das empresas está preocupada com os seus estoques, pois estes são um dos mais importantes componentes de uma empresa, visto que sua comercialização é que traz resultados para a empresa (IUDÍCIBUS et al, 2010).

**Tabela 5- Existe uma seção ou departamento responsável pelo estoque (almoxarifado)?**

Sim	70%
Não	30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

No que diz respeito à existência de um responsável pelo almoxarifado 60% afirmaram que existe um responsável enquanto que 40% disseram que não (Tabela 6). Assim, a maioria dos empresários está identificando a necessidade de controlar estes estoques, já que é uma área de risco e sujeita às fraudes (IUDÍCIBUS et al, 2010).

**Tabela 6- Existe um responsável pelo almoxarifado?**

Sim	60%
Não	40%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Em relação à existência de registros permanentes dos saldos de mercadorias 90% afirmou que existe este registro (Tabela 7).

**Tabela 7- Existência de registros permanentes dos saldos de estoques de mercadorias**

Sim	90%
Não	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa

Com relação à existência de fichas de estoque e de valores 90% afirmou que estas são informatizadas e que os seus registros são informatizados e digitados pelo proprietário ou pelo gerente (Tabela 8), o que demonstra a preocupação em controlar os estoques, mas também

demonstra que não existe a segregação de funções que a teoria afirma ser uma das principais características de um eficiente controle interno.

**Tabela 8- O almoxarifado mantém fichas de estoque e de valores? São informatizados os registros?**

Sim	90%
Não	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se todos os produtos comprados passam pelo almoxarifado, 70% disseram que sim enquanto que 30% disseram que não (Tabela 9),o que pode ocasionar em desvios e fraudes.

**Tabela 9- Todos os produtos comprados passam pelo almoxarifado?**

Sim	70%
Não	30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntado se quem registra o controle de estoque é subordinado ao almoxarife 40% disseram que sim e 60% disseram não (Tabela 10).

**Tabela 10- Quem registra o controle de estoque é subordinado ao almoxarife?**

Sim	40%
Não	60%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a existência de inspetores de estoque 60% disseram não existir tal pessoa (Tabela 11).

**Tabela 11- Existem inspetores de estoque?**

Sim	40%
Não	60%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntados se as diferenças de estoques são relacionadas 90% disseram que sim e 90% também disseram que essas diferenças são ajustadas fazendo-se acertos ou dando baixas e ainda afirmaram que são feitas investigações sobre as diferenças (Tabela 12).

**Tabela 12- As diferenças de estoques são relacionadas?**

Sim	90%
Não	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às devoluções, 60% disse que são controladas e na maioria das vezes esse controle é feito e fiscalizado pelo gerente (Tabela 13), o que comprova o acúmulo de funções e mais uma vez a não existência de segregação de funções.

**Tabela 13- As devoluções são controladas?**

Sim	40%
Não	60%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntados se os materiais inadequados e obsoletos são relacionados, a metade disse que sim e a outra metade disse que não (Tabela 14).

**Tabela 14- Os materiais obsoletos e inadequados são relacionados?**

Sim	50%
Não	50%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Dos entrevistados 90% afirmaram não perceber nenhuma possibilidade de desvio nos estoques (Tabela 15), mas como visto anteriormente 60% disseram que não existem inspetores de estoque o que poderia contribuir para que não acontecessem desvios.

**Tabela 15- Percebeu alguma possibilidade de desvio dos estoques?**

Sim	10%
Não	90%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à existência de materiais sem movimento a mais de um ano, 90% dos entrevistados disseram que existem, e destes, 60% afirmaram que estes materiais não são relacionados (Tabela 16).

**Tabela 16- Existem materiais sem movimento a mais de um ano?**

Sim	90%
Não	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Os respondentes foram unânimes em dizer que a seção de recepção oferece boas condições de conferência dos materiais e também em afirmar que as unidades dos materiais estão bem definidas nos controles; quanto à existência de seguro apenas a metade disse que o estoque é segurado. Por último, quando questionados sobre qual o critério para a definição das quantidades de estoques, metade disse não existir e a outra metade afirmou desconhecer. Não foram constatadas outras observações.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo investigar como as empresas do ramo calçadista situadas no centro da cidade de Dourados efetuam os controles internos em seus estoques. Para tanto foi utilizado o questionário como instrumento de coleta, contendo perguntas abertas e fechadas, num total de 27 questões, tendo sido este adaptado de Sá (2007), como sugestão para auditoria de controle interno para estoques.

Os resultados da pesquisa demonstram que a prática empresarial não está totalmente de acordo com a recomendação dada pela bibliografia estudada. Como já foi dito, os estoques são um dos mais importantes ativos do capital circulante e como tal deve ser bem controlado; a metade dos entrevistados disse não saber se existem critérios para o estabelecimento das quantidades de estoques enquanto que a outra metade afirmou não existir nenhum parâmetro, o que demonstra que não existe uma administração de estoque.

Dos entrevistados 30% afirmou não existir sequer um departamento responsável pelo estoque e nenhum responsável pelo mesmo.

Como visto anteriormente o inventário é um dos meios de controle do estoque; quanto a isso a grande maioria dos entrevistados afirmou que realizam inventários, relacionam as diferenças, procede-se ajustes para corrigir as diferenças e ainda fazem investigações sobre estas.

Diante do exposto, fica evidente a importância e necessidade de as empresas investirem em controles internos principalmente nos estoques que são os ativos mais importantes que uma empresa possui, e, quando bem administrados gera vantagem competitiva no ramo em que atuam.

Quanto ao objetivo proposto por este trabalho em investigar como as empresas realizam seus controles de estoque, conclui-se que o que é apresentado na literatura não é o que a prática mostra como realidade nesta amostra de empresas pesquisadas.

Recomenda-se outros estudos nesse sentido para aprofundar mais sobre o assunto e também em outros ramos para que se possa conhecer se o que foi encontrado pela pesquisa é uma realidade também em outros setores.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**; 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ATKINSON, Anthony A. **Contabilidade Gerencial**; 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**; 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATTIE, Willian. **Auditoria Conceitos e Aplicações**; 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARUFFI, Helder. **Metodologia da Pesquisa: Orientações Metodológicas Para a Elaboração da Monografia**. 4.ed. ver. e atual. Dourados: HBedit, 2004.

BEUREN, Ilse Maria e RAUP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. *In* BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.317/1996**. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9317.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9317.htm)> Acesso em: 20 abr 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.196/2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital... Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm) > Acesso em: 20 abr 2013.

BRASIL. **Lei nº 123/2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm) > Acesso em: 20 abr 2013.

**Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC**, Ano XIV, Nº 24 – 1º Set/2011; p. 119-135. Disponível em: <[www.portalcatalao.com/painel\\_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d1c2e0bc4ed8a5bf61be53984a68fdc4.pdf](http://www.portalcatalao.com/painel_clientes/cesuc/painel/arquivos/upload/temp/d1c2e0bc4ed8a5bf61be53984a68fdc4.pdf)> . Acesso em 05 jun 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC – **Resolução CFC 953/03**. Dispõe sobre a alteração no modelo de parecer referido no item 11.3.2.3 da NBC T 11- Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 03 mai 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC - **Resolução CFC 986/03**. Aprova a NBC TI 01- Da Auditoria Interna. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 03 mai 2012.

COLELLA, Victor. **Auditoria Controle Interno e Estoques**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. Contabilidade Introdutória; 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**; 4 ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

GELATTI, Cristiane Braidá; MENEGHETTI, Daniela; FREITAS, Renata Oliveira de; TRINDADE, Larissa de Lima. **A Importância da Auditoria nos Estoques**.2007. Disponível em < <http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/atual.html> >. Acesso em: 25 abr 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**; 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**; 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Fundamentos de Administração**; 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. **História**. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/ACidade/Hist%C3%B3ria/tabid/63/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em 18 mar 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**; 10 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEBRAE, Taxa de Sobrevivência das empresas no Brasil: Disponível em: <[www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/sobrevivencia](http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/sobrevivencia)>.. Acesso em: 02 jun 2012.

SEBRAE, Taxa de Sobrevivência das Empresas no MS: Disponível em: <[www.sebrae.com.br/uf/mato-grosso-do-sul/acesse/estudos-e-pesquisas/pesquisas-empresariais](http://www.sebrae.com.br/uf/mato-grosso-do-sul/acesse/estudos-e-pesquisas/pesquisas-empresariais)> . Acesso em: 02 jun 2012.

SILVA, Adelfino Teixeira da. **Administração Básica**; 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VALERETTO.COM, História de Dourados: Disponível em:  
<[http://www.valeretto.com/historia/dourados\\_2.html](http://www.valeretto.com/historia/dourados_2.html)> . Acesso em: 18 mar 2013.

VAZ, Ricardo Acácio de Paula; GOMES, Samuel. **Gestão de Estoques nas Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo de Caso na Empresa Madeireira Catalana Ltda.** **RevistaCEPPG**, CENTRO DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão - : CESUC - 2011.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO

#### Perfil do respondente

1... Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

2... Cargo que ocupa.

R: \_\_\_\_\_

3... Escolaridade

1º Grau ( ) 2º Grau ( ) 3º Grau ( ) Qual \_\_\_\_\_

#### Perfil da empresa

4... Tipo de Empresa

Micro ( ) Pequena Empresa ( )

5. Existe uma seção ou departamento responsável pela manutenção dos estoques?

( ) Sim ( ) Não

6. Tem um responsável pelo almoxarifado?

( ) Sim ( ) Não

7. Existem registros permanentes dos estoques de saldos de mercadorias.?

( ) Sim ( ) Não

8. Os registros são controlados por fichários de estoques fora do almoxarifado? São informatizados os registros?

a ( ) Sim ( ) Não b( ) Sim ( ) Não

9. Onde são mantidas? Se informatizadas, quem digita?

R= \_\_\_\_\_

10. Todos os artigos comprados passam pelo almoxarifado?

( ) Sim ( ) Não

11. Quem registra o estoque de controle é subordinado ao almoxarife?

( ) Sim ( ) Não

12. Existem inspetores de estoques?

( ) Sim ( ) Não

13. São levantados inventários físicos anuais? Existem listagens periódicas?

a ( ) Sim ( ) Não b( ) Sim ( ) Não

14. As diferenças de estoques são relacionadas?

Sim  Não

15. Como são ajustadas?

R=\_\_\_\_\_

16. Fazem-se investigações sobre as diferenças?

R=\_\_\_\_\_

17. As devoluções são controladas?

R=\_\_\_\_\_

18. Quem as fiscaliza?

R=\_\_\_\_\_

19. Os materiais obsoletos e inadequados são relacionados?

Sim  Não

20. A seção de recepção oferece boas condições de conferência do material?

Sim  Não

21. As unidades dos materiais estão bem definidas nos controles?

Sim  Não

22. Os estoques estão devidamente segurados?

Sim  Não

23. Percebeu alguma possibilidade de desvio dos estoques?

Sim  Não

24. Existem materiais sem movimento há mais de um ano?

Sim  Não

25. São relacionados os materiais sem movimentação?

Sim  Não

26. Qual o critério para o estabelecimento dos mínimos e dos máximos dos estoques?

R=\_\_\_\_\_

27. Outras observações.

R=\_\_\_\_\_